



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Considerando que a Instrução Normativa IEMA nº 013-N, de 07 de dezembro de 2016, dispensa o licenciamento ambiental, mediante a atividade desenvolvida nas **ESCOLAS**, tanto de ensino médio, quanto fundamental, conforme *Anexo I - Relação das atividades dispensadas de licenciamento ambiental estadual no âmbito do IEMA*, detalhado abaixo:

ANEXO I – RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DISPENSADAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO IEMA

Cód.	Atividades	Porte Máximo
A-20	<i>Escola de ensino sem laboratórios utilizados em aulas práticas</i>	<i>Todos</i>

Considerando a resolução CONSEMA nº 001 da SEAMA, em seu Art. 22, recomenda:

“Quando a atividade ou o empreendimento for passível de dispensa do cadastro ou do licenciamento ambiental ou, ainda, estiver listada como atividade de baixo risco ou “baixo risco A” sob o aspecto ambiental, junto ao ente federativo estadual, tal atividade ou empreendimento será considerado de impacto ambiental de âmbito local, devendo o município possuir regulamento próprio para o licenciamento, o cadastro ou a dispensa desses empreendimentos e atividades.

Considerando que as escolas da rede estadual de ensino se enquadram na situação de “baixo risco A”;

Considerando que a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, define o conceito de impacto ambiental como sendo “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas”;



Considerando que a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, **NÃO** indica em seu *Anexo 1 - atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental*, a atividade das Escolas de Ensino Fundamental e Médio;

Considerando que as unidades administrativas municipais que formam o ente estadual, quando possuem seu regulamento próprio, apenas reproduzem a Instrução Normativa IEMA nº 13 e seus anexos;

Considerando, ainda, que a dinâmica moderna do aprendizado das disciplinas de Química, Física, Matemática e Biologia, possibilitam muitos outros recursos tecnológicos, inclusive de áudio visual, que afastam quaisquer atividades potencialmente poluentes e que possam alterar as condições do meio ambiente;

Ante ao exposto e em atendimento à Resolução CONSECT nº 038/2021, Item 7 do Anexo IV - Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, **declaramos que as obras e intervenções de reforma e ampliação das escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual** estão dispensadas de licenciamento ambiental.

Wilson Rodrigues Gonçalves,
Arquiteto Coordenador Sênior – GERFE/SEDU
CAU A24721-9

Marcelo Amorim Gonçalves
Gerente de Rede Física – GERFE/SEDU
CREA ES: 052595/D

Vinicius José Simões
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

WILSON RODRIGUES GONÇALVES
COORDENADOR SETORIAL DE DIAGNÓSTICO - MAIA MELO
ENGENHARIA
GERFE - SEDU - GOVES
assinado em 25/02/2025 08:54:34 -03:00

MARCELO AMORIM GONCALVES
GERENTE QCE-03
GERFE - SEDU - GOVES
assinado em 20/02/2025 16:23:37 -03:00

VINICIUS JOSE SIMOES
SUBSECRETARIO ESTADO
SESE - SEDU - GOVES
assinado em 25/02/2025 15:36:51 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 25/02/2025 15:36:51 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por WILSON RODRIGUES GONÇALVES (COORDENADOR SETORIAL DE DIAGNÓSTICO - MAIA MELO ENGENHARIA -
GERFE - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-QTLC5L>